

CONTRATO Nº 2501.0081/2015



PREFEITURA DO RECIFE

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

✓ SCC:

VIGÊNCIA: 20/04/2015 a 19/04/2016

EXECUÇÃO: 20/04/2015 a 19/04/2016

FORNECEDOR: CNPJ: 10.798.130/0001-75

Empresa: EDITORA JORNAL DO COMMERCIO S/A

ÓRGÃO

SECRETARIA DE GOVERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDITORIAIS DE JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE LEGAL, COM O FIM DE TORNAR PÚBLICO OS ATOS OFICIAIS DAS ENTIDADES E ÓRGÃOS DA PREFEITURA DO RECIFE.

08/1/2015


Delly Fagundes Lira
Gestora Administrativa
Mat. 09.567-8

10/6/15

Solicitação de Autorização e Elaboração de Contrato Ordenador de



Secretaria de Governo e Participação Social

Termo de Designação de Servidor Para Fiscalização de Contrato Administrativo

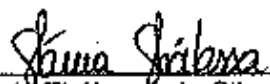
Eu, Sileno de Sousa Guedes, matrícula nº 96861-6, Secretário de Governo e Participação Social, através do presente instrumento, designo a servidora Flávia Thálassa da Silva Barreto, CPF 085.416.494-40, matrícula 102.257-1, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato nº 81, cujo objeto é a prestação de serviços de publicidade legal com a empresa EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A, na forma dos Artigos 67 e 75 da Lei 8.666/93, devendo informar à administração sobre eventuais vícios de irregularidades, propor soluções e sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas e defeitos observados, conforme disposto no Contrato em questão



Sileno de Sousa Guedes
Secretário de Governo e Participação Social

Autora Pontes
Secretaria Executiva de Coordenação
da Gestão
Nº 97 178-6

Eu, Flávia Thálassa da Silva Barreto, CPF 085.416.494-40, matrícula 102.257-1, declaro neste ato estar ciente de minha indicação como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato nº 81, cujo objeto é a prestação de serviços de publicidade legal com a empresa EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A, na forma dos Artigos 67 e 75 da Lei 8.666/93, devendo informar à administração sobre eventuais vícios de irregularidades, propor soluções e sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas e defeitos observados, conforme disposto no Contrato em questão, bem como da responsabilidade por quaisquer atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de minhas funções, em desacordo com a Lei 8.666/93 ou aos termos e cláusulas do contrato supracitado, sujeitando-me às sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades administrativas, civil e criminal por culpa ou dolo tenha dado causa.



Flávia Thálassa da Silva Barreto
Matrícula 102.257-1



PREFEITURA DO

RECIFE

Contrato de Prestação de Serviços, nº 81, que entre si celebram o MUNICÍPIO DO RECIFE e a EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A, na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DO RECIFE, entidade de direito público interno, sediado no Cais do Apolo, nº 925, no bairro do Recife, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.565.000/0001-92, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE, com fulcro no Decreto Municipal nº 19.300, de 08.05.2002, devidamente representado pelo Secretário de Governo e Participação Social, Sr. SILENO SOUSA GUEDES, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 519.713.564-68, portador da cédula de identidade nº 2.887.178-SSP/PE, e pelo Secretário de Finanças, em exercício, Sr. FERNANDO LINS DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, auditor fiscal, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.853.414-53, portador da cédula de identidade nº 1487608-SSP/PE, todos residentes e domiciliados nesta cidade, e do outro lado, a EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.798.130/0001-75, com sede na Rua da Siqueira Campos, 160, Loja nº 05, Edifício São Francisco, Santo Antonio, Recife/PE, representada pelo Sr. EDNALDO BESERRA DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 070.138.564-34, portador da cédula de identidade nº 103.7538 - SSP/PE, e pela Srª. ROSEANE GONÇALVES MOURY FERNANDES, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 461.528.144-72, portadora da cédula de identidade nº 2281731-SSP/PE, residentes e domiciliados nesta cidade, residente e domiciliado nesta cidade, celebram o presente instrumento com observância estrita de suas cláusulas, que em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, de conformidade com os preceitos de direito público, além dos especificadamente previstos na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se supletivamente a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidação determinada pelo art. 3º. da Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994 - D.O.U, datado de 09 de junho de 1994, vinculado ao Credenciamento nº 001/2015-CPLS, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, publicado no D.O.R, em 11.04.2015, e à Proposta da CONTRATADA, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de editoriais de jornais de grande circulação no Estado de Pernambuco para veiculação de publicidade legal, com o fim de tornar público os atos oficiais das Entidades e Órgãos da Prefeitura do Recife, em dias úteis e excepcionalmente, aos domingos e feriados, de acordo com as condições e especificações discriminadas no termo de referência em anexo ao edital, conforme tabela:



[Handwritten signature]





PREFEITURA DO

RECIFE

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR ESTIMADO R\$
01	Publicidade legal dias úteis cm/col	264.120,00
02	Publicidade legal aos domingos cm/col	13.392,00
TOTAL ESTIMADO		R\$ 277.512,00

PARÁGRAFO ÚNICO: Os acréscimos não previstos na caracterização do objeto, contido nesta cláusula, e necessários ao seu fiel cumprimento, só serão efetivados com base em Relatório do CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização do Secretário solicitante, sob pena de nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

DA MODALIDADE/FORNECIMENTO/REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: A modalidade de que trata este Contrato é a da execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DO PREÇO/ CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço global estimado de R\$ 277.512,00 (duzentos e setenta e sete mil, quinhentos e doze reais), ficando certo que o valor unitário de cm/col corresponderá a R\$ 223,20 (duzentos e vinte e três reais e vinte centavos), preço único para dias úteis e não úteis, conforme ata de sessão pública de credenciamento fls. 188 do processo em destaque.

§1º. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias, após a comprovação da prestação de serviços mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Contrato.

§2º. A Nota Fiscal/Fatura deve vir discriminando, entre outras informações (o veículo responsável pela publicação solicitada; o quantitativo de centímetro por coluna utilizado; o preço do centímetro por coluna praticado no mercado e o percentual de desconto concedido).

§3º. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA: O Contrato vigorará por 12 (doze) meses, tendo como termo de inicial o dia 20.04.2015 e termo final o dia 19.04.2016, podendo ser prorrogado conforme o art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93..

§1º. Na hipótese de prorrogação do Contrato e desde que o prazo da prestação dos serviços ultrapasse 12 (doze) meses, o reajuste deve ser pleiteado até a data da prorrogação contratual subsequente ao surgimento do direito ao reajuste, sob pena de perda do direito ao reajuste que seria devido até a prorrogação. O índice de reajuste será o Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, conforme Decreto Municipal 23.127/2007, art. 1º, inc. III c/c art. 5º, inc. I e III.



2





PREFEITURA DO
RECIFE

§2º. Na hipótese de alterações no objeto de que trata este Contrato, serão observadas as disposições do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA QUINTA: Os serviços serão executados de acordo com as exigências do Termo de Referência anexo I do Edital de Credenciamento.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA SEXTA: O objeto contratado será recebido pelo servidor responsável pelo atesto, na forma da legislação financeira municipal, nas seguintes condições:

- a) Recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens/serviços com as especificações exigidas;
- b) Recebimento definitivo após a verificação da quantidade e da análise atestando a qualidade dos bens/serviços e sua conseqüente aceitação pela Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO: O recebimento provisório ou definitivo do objeto contratado não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelos vícios que possa apresentar, bem como da indenização que por ventura se originar de tais vícios.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos alocados para a execução deste Contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 2501.04.131.2.160.2.156 - Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 - Fonte: 0100.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA: O regime jurídico deste Contrato confere ao CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no Art. 58 da Lei nº. 8. 666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA: Constitui, no que couber, obrigações do CONTRATANTE, além das constantes nos arts. 66 e 67 da Lei nº 8.666/93, a comunicação, através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos de arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos referentes a liquidação da despesa deste Contrato, além de:





PREFEITURA DO

RECIFE

- I) Fornecer os textos a serem publicados através de e-mail, arquivos digitais, ofícios, memorandos, ou fax;
- II) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- III) Atestar o recebimento do serviço prestado, rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas no Contrato;
- IV) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA conforme previsto no Contrato, após o cumprimento das formalidades legais;
- V) Acompanhar a execução dos serviços e aplicar, quando necessárias, medidas corretivas e sanções legais;
- VI) Designar gestor para acompanhamento da execução do Contrato.

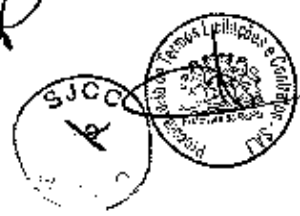
CLÁUSULA DÉCIMA: São conferidos à CONTRATADA os direitos relacionados no art.59, § 2º do art. 79 e art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Constituem obrigações da CONTRATADA, além das constantes dos artigos 55, XIII, 66, 68, 69, 70 e 71 da Lei nº 8.666/93, além de:

- I) Manter, durante toda execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sobretudo no que pertine à comprovação da inexistência de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como junto ao INSS e FGTS, durante a vigência do Contrato;
- II) Receber os textos de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas e efetuar as suas publicações na edição do primeiro dia seguinte, salvo quando a expressão "PUBLIQUE-SE EM" indicar outra data para publicação;
- III) A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, alterar o conteúdo dos textos recebidos para publicação;
- IV) Fazer a diagramação e composição do texto a ser publicado, obedecendo ao que dispõe a Lei Federal nº 8.639/93, e a orientação da entidade municipal responsável pelas publicações oficiais, conforme o caso, com aposição, na sua parte superior, do "Brasão" e/ou logotipo do órgão governamental requisitante;



4





PREFEITURA DO

RECIFE

- V) Efetivar a republicação total dos textos solicitados, sem ônus para a CONTRATANTE, quando ocorrer erro de sua inteira responsabilidade;
- VI) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender todas as reclamações a respeito da quantidade dos serviços prestados;
- VII) Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do Contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- VIII) Cumprir as determinações contidas no Art. 1º da Lei Federal nº 8.639/93;
- IX) Designar preposto responsável pela execução do Contrato

DA FISCALIZAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Compete à Secretaria de Governo e Participação Social a designação, mediante Termo específico, do servidor responsável para exercer a fiscalização e acompanhamento deste Contrato, competindo-lhe, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, informar à Administração sobre eventuais vícios ou irregularidades, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularidades das faltas e defeitos observadas, conforme o disposto neste Contrato, admitida participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§1º. O servidor designado será responsabilizado por quaisquer atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas funções em desacordo com a Lei nº 8.666/93 ou aos termos e Cláusulas do presente Contrato, sujeitando-se às sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e criminal que por culpa ou dolo tenha dado causa.

§2º. O servidor designado deverá tomar ciência de sua incumbência de fiscalização e acompanhamento contratual mediante Termo específico, no qual informará sua anuência com sua responsabilização administrativa, civil e criminal no caso das infrações mencionadas no Parágrafo anterior.



5

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



[Handwritten signature]



PREFEITURA DO

RECIFE

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, formalizadas previamente por termo aditivo, que passará a integrar este Contrato.

DAS SANÇÕES

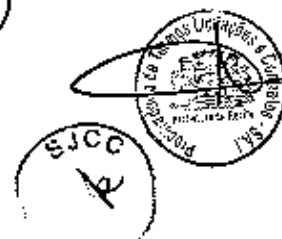
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a CONTRATADA ficará sujeita as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a previa e ampla defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa;
 - b.1) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor constante da Nota de Empenho, no caso de atraso injustificado na entrega do objeto, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b.2) 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor constante da Nota de Empenho, no caso de atraso por período superior ao previsto na alínea "b.1", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - b.3) 30,0 % (trinta por cento) sobre o valor constante da Nota de Empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87º, IV da Lei nº 8.666/1993.

§1º. O valor da multa, aplicada após o regular processo Administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Município do Recife a CONTRATADA ou cobrado judicialmente.



6





PREFEITURA DO

RECIFE

§2º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

§3º. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" desta cláusula também poderão ser aplicadas a CONTRATADA que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração.

§4º. Decorrido o prazo de defesa sem que a CONTRATADA se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, o mesmo será notificado a escolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente.

§5º. Uma vez recolhida a multa, e na hipótese de vir a CONTRATADA a lograr êxito em recurso que apresentar, o CONTRATANTE devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa e observadas as disposições da Lei nº. 8.666/93, notadamente nos artigos 77 a 80, sem prejuízo das penalidades determinadas neste instrumento.

DO CREDENCIAMENTO

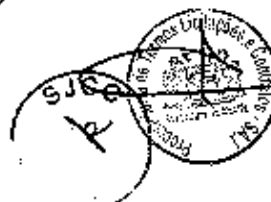
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O presente instrumento contratual é decorrente do Credenciamento nº 001/2015-CPLS, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, publicado no D.O.R, em 11.04.2015, ratificado pelo Secretário Executivo de Administração, 31.03.2015.

DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fazem parte integrante deste Contrato, independente de transcrição os seguintes documentos: o Ofício nº 222/2014-SEGOV, de 22.12.2014; Ofício nº 221/2014-SEGOV, de 22.12.2014, com autorização do Conselho de Política Financeira; CI nº 028/2014, da Secretária Executiva de Comunicação Institucional, de 26.12.2014; Termo de Referência, de 22.12.2014; Ofício nº 070/2015-SEGOV, de 16.04.2015; CI nº 007/2015, da Secretária Executiva de Comunicação Institucional, de 16.04.2015; Bloqueio de Saldo Orçamentário e Financeiro, nº 2015.25 01.5.64; Credenciamento nº 001/2015-CPLS, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, publicado no D.O.R, em 11.04.2015, ratificado pelo Secretário Executivo de Administração, 31.03.2015, e a Proposta da CONTRATADA.



7 *[Handwritten signature]*
[Handwritten initials]



[Handwritten signature]



PREFEITURA DO

RECIFE

DA PUBLICAÇÃO


CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: É de inteira responsabilidade do Ordenador de Despesas da Secretaria de Governo e Participação Social a tempestividade da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Recife.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica desde já, declarado pelos CONTRATANTES, com base no § 2º. do art. 55 da Lei nº. 8.666/93, o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, para dirimir as dúvidas ou questões suscitadas na execução deste Contrato.

E, por estarem de pleno acordo, firmam os CONTRATANTES o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem, e rubricadas pelos presentes a este ato e ainda registrado em livro próprio da Secretaria de Assuntos Jurídicos, conforme dispõe o artigo 60 da Lei nº. 8.666/93.


Recife, 16 de abril de 2015.


SILENO SOUSA GUEDES
Secretário de Governo e Participação Social
Secretaria Executiva de Coordenação
de Gestão
Mat. 97.116.6


FERNANDO LINS DE ALBUQUERQUE
Secretário de Finanças, em exercício


EDNALDO BESERRA DE SOUZA
Editora Jornal do Comércio S.A
CONTRATADA


Luciano B. Gesteira
Secretário Executivo - SAJ
Mat. 96981-3
Portaria: Nº 414 de 14/11/2013


ROSEANE GONÇALVES MOURY FERNANDES
Editora Jornal do Comércio S.A
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF/MF nº. _____

2. _____
CPF/MF nº. _____





PREFEITURA DO

RECIFE

EXTRATO DO CONTRATO Nº81, FIRMADO EM 16 DE ABRIL DE 2015.

Modalidade de Licitação: Credenciamento

Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93

Processo Licitatório: Credenciamento nº 001/2015-CPLS.

Contratantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE GOVERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A.

Objeto: A prestação de serviços de editoriais de jornais de grande circulação no Estado de Pernambuco para veiculação de publicidade legal, com o fim de tornar público os atos oficiais das Entidades e Órgãos da Prefeitura do Recife, em dias úteis e excepcionalmente, aos domingos e feriados, de acordo com as condições e especificações discriminadas no termo de referência em anexo ao edital, conforme tabela:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR ESTIMADO R\$
01	Publicidade legal dias úteis cm/col	264.120,00
02	Publicidade legal aos domingos cm/col	13.392,00
TOTAL ESTIMADO		R\$ 277.512,00

Preço Global: R\$ 277.512,00 (duzentos e setenta e sete mil, quinhentos e doze reais).

Prazo: De 12 (doze) meses, tendo como termo de inicial o dia 20.04.2015 e termo final o dia 19.04.2016, podendo ser prorrogado conforme o art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: nº 2501.04.131.2.160.2.156 - Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 – Fonte: 0100.

Nota de Empenho: nº 2015.00071.

Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários – Não Vinculados.

CON01589Ant./Mar



[Handwritten signature]
9

